

Anexo I - Assembleia libera mapa dos cargos (6/7/2012)

4

ZERO HORA SEXTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2012

Reportagem Especial

TRANSPARÊNCIA

Assembleia libera mapa dos cargos



Com base na Lei de Acesso à Informação, ZH mostra nesta reportagem para quais deputados trabalham servidores da Assembleia Legislativa que ocupam cargos em comissão – aqueles que são escolhidos pelo gestor por critério de confiança. Nesta relação não estão os funcionários efetivos.

ADRIANA IRIION

Uma informação pública historicamente envolta em sigilo na Assembleia Legislativa vem à tona hoje a partir da Lei de Acesso à Informação: o setor ou gabinete em que está lotado cada um dos 1.148 funcionários com cargos em comissão (CCs) do parlamento gaúcho. Nesta reportagem, ZH lista apenas os que estão subordinados aos gabinetes parlamentares (um total de 700).

Os dados foram obtidos por Zero Hora com base em pedido que buscava também informações sobre o que fazem os CCs e quanto ganham. Em relação ao pagamento, a resposta foi incompleta. A Casa se limitou a reproduzir o que já consta em seu site, ou seja, os salários básicos dos servidores (sem as vantagens).

Um raio X das informações feito por ZH mostra que dos R\$ 6,8 milhões mensais que o parlamento gasta com CCs, R\$ 4,2 milhões são por conta de benefícios legais somados à remuneração básica, como vantagens temporais, auxílio-creche e vale-alimentação. A divulgação dos vencimentos nominais com a incidência de vantagens que, muitas vezes, fazem os salários triplicarem, está em discussão pelo parlamento. A decisão está prevista para terça-feira.

Apesar de incompletos, dados sobre a remuneração (só básica) e os cargos dos servidores (sem a descrição do serviço a ser executado) estão registrados no site da Casa. A novidade com o pedido de ZH é a revelação sobre quem trabalha para quem no âmbito de cargos em que a contratação se dá com base na confiança e na subjetividade, sem considerar qualificação técnica objetiva.

Em sua resposta, o parlamento ex-

plicou: “Com relação às atividades desempenhadas pelos servidores comissionados, esclareço que, no caso dos gabinetes parlamentares, comissões, lideranças de bancadas e partidárias, são os próprios parlamentares ou gestores que estabelecem especificidades e as funções que serão desempenhadas pelos servidores”. É repassando responsabilidade à área parlamentar que a administração da Assembleia tem justificado ao longo dos anos o fato de não informar a lotação dos CCs.

Parlamento não sabe quantos trabalham fora

A Casa sustenta que cada deputado tem o controle e deve responder quem são os seus cargos de confiança e onde estão. Esse tipo de informação é publicada no Diário Oficial da Assembleia sempre que ocorrem contratações ou transferências de funcionários. Portanto, bastaria a Assembleia reproduzi-la em seu site.

Outra lacuna na informação é sobre quantos dos 1.148 CCs têm autorização para trabalhar fora da sede do parlamento. A Assembleia diz não saber. A atuação de servidores nas bases eleitorais dos parlamentares, que é permitida por resolução da Casa, costuma ser foco de denúncias sobre pessoas pagas com dinheiro público que não executam funções relacionadas ao Legislativo.

Se a lista fosse publicizada no site, permitiria a fiscalização permanente dos eleitores sobre a rotina dessas pessoas. ZH protocolou novo pedido à Assembleia com o objetivo de saber quem são os CCs que trabalham fora do parlamento.

adriana.iriion@zerohora.com.br

O selo Livro Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.

QUEM SÃO, PARA QUEM TRABALHAM

ADÃO VILLAVEDE (PT)

Nome	Salário básico
Eder Pereira da Silva	2.001,18
Jocelito Queiroz Chaves	2.001,18
Marcelo Pereira da Silva	2.001,18
Maria Rodrigues Ramires	2.001,18
Silvana Barbosa de Melo	2.001,18
Valdemar de Jesus da Silva	2.001,18
Valmir Alati	2.001,18
Anderson Nunes dos Santos	3.028,48
Maria Cristina Cozimbra Ortiz	3.028,48
Patricia Vasconcelos Dąbrowski	3.028,48
Paulo Roberto de Araújo Silva	3.028,48
Alvaro Inocência da Silva Correa	5.662,18
Berenice da Silva Borges	5.662,18
André Luiz Simas Pereira	6.291,29
Gláudio Dantas Machado	11.656,74

ADILSON TROCA (PSDB)

Nome	Salário básico
Deborah Damasceno Gomes	2.001,18
Eduardo Armando Brião Traversi	2.001,18
Francisco Gonçalves Rijo	2.001,18
Gabrielle de Oliveira	2.001,18
Luciano Roschilli Hop	2.001,18
Magda Carneiro de Oliveira	2.001,18
Miguel de Oliveira Satt	2.001,18
Carmen R. dos Santos Soares	3.028,48
José Fernando de Silva Gomes	3.028,48
Mariene de Oliveira da Silva	3.028,48
Moises Chim Malespina	3.028,48
Rodrigo Frohlich Wenzel	3.028,48
Aneido G. Rodrigues Madruga	5.662,18
Katia Clene Coimbra Alves	5.662,18
Flavio Vira dos Santos	6.291,29
Silvia R. Magalhães de Oliveira	11.656,74

ADOLFO BRITO (PP)

Nome	Salário básico
Claudineiz de Souza	2.001,18
Eliane Zani	2.001,18
Fabio Leite Dallmann	2.001,18
Genesio Fernandes Monteiro Jr.	2.001,18
Marcelo Beledeli	2.001,18
Sandra de Castro Alexandrino	2.001,18
Valério Eira Lawall	2.001,18
Carlos E. de Azevedo Gonçalves	3.028,48
Márlene Krassmann Dornelles	3.028,48
Miguel Scarpellini Mattos	3.028,48
Sergio Cândido do Nascimento	3.028,48
Cayetano Greis	5.662,18
Valmir Rodrigues	5.662,18
Arlindo Emmel Melo	6.291,29
Derly Heider	11.656,74

ALCEU BARBOSA (PDT)

Nome	Salário básico
Adriano Antunes Galvão	2.001,18
Jo Arse	2.001,18
Karen Araújo de Abreu	2.001,18
Luiz Ottoni Ferreira da Costa	2.001,18
Márcia Silva de Almeida	2.001,18
Virgilio Baptista de Azevedo	2.001,18
Aline Paese	3.028,48
Claudio A. Tessmann Ribeiro	3.028,48
Gervasio Longui	3.028,48
Paulo Cláudio Sausen	3.028,48
José Antonio Corti	6.291,29

ALDACIR OLIBONI (PT)

Nome	Salário básico
Alex Sigmar Kleinert	2.001,18
Alexandro Oliveira Pennes	2.001,18
Evelise da Silva de Souza	2.001,18
Marcio Onalino Fernus	2.001,18
Márcia S. Figueiró de Moraes	2.001,18
Roselane Trajano de Souza	2.001,18
Anderson Freitas de Paiva	3.028,48
Carlos Ben Hur Santos Peto	3.028,48
Cassiano Olegário Filho	3.028,48
Cleio dos Santos Teixeira	3.028,48
Beatriz S. Tomazco Orjeda	10.491,12
André Alexandre Passos Rosa	11.656,74

ALEXANDRE LINDENMEYER (PT)

Nome	Salário básico
Antonio Carlos de Oliveira	2.001,18
Luiz Mauro Castro Vianna	2.001,18
Maria Carlinda Lopes	2.001,18
Sergio da Silva Pereira	2.001,18
Sueli Rossetti da Luz	2.001,18
Eduardo José Buchholz	3.028,48
Joaquim Antonio Martins Lopes	3.028,48
Paulo René de Oliveira de Mattos	3.028,48
Tiago Goulart Colares	3.028,48
Frederico Carlos Montano	5.662,18
Luiz Antonio Pires Fiedkazi	5.662,18
Paulo R. de Souza Rodrigues	11.656,74

ALEXANDRE POSTAL (PMDB)

Nome	Salário básico
Alberto Trichez	2.001,18
Berilo José Kurzier	2.001,18
Cezar Noronha Acquilini	2.001,18
Maria Leonor Sequeira Bastian	2.001,18
Oscar Oliveira D'Ávila	2.001,18
Sebastião Paulo Teborda	2.001,18
Susana Castilhos de Freitas	2.001,18
José Ignacio de Macedo Altieri	3.028,48
Maria Isabel Tremarin	3.028,48
Luciano Rodrigues da Silva	5.662,18
Paulo Afonso Nunes	6.291,29
Elton Luis Fontana	10.491,12
Ivanir Pereira	11.656,74

ALOÍSIO CLASSMANN (PTB)

Nome	Salário básico
Adriana Luisa Bolzan	2.001,18
Carmen Rosane Steinhert	2.001,18
Eva Sueli Lima	2.001,18
Mirtes B. Rothenbach Martins	2.001,18
Paula Carolina dos Anjos Dias	2.001,18
Viviane Eleide Dreher	2.001,18
Carlos Luiz Rohr	3.028,48
Jauri Francisco da Siqueira	3.028,48
João B. Guimarães da Silveira	3.028,48
Pedro Pedroski	3.028,48
Vitorino Krampe	3.028,48
Renato Pasosetti	6.291,29

ALTEIR TORTELLI (PT)

Nome	Salário básico
Dorceli Bedlach Belato	2.001,18
Elior Luis Stachelski	2.001,18
Evandro Toneli da Cunha	2.001,18
Vandro Magratosco	2.001,18
Marta dos Santos Pinto	2.001,18
Valmor Cerezi	2.001,18
Giani Roldi Telles	3.028,48
Muri Wiegde da Cruz	3.028,48
Adriane Pileas	5.662,18
Albino Oto Gewehr	5.662,18
Luiz Carlos Tezack	5.662,18
Marcos Vinícius Corneli	6.291,29
Alcimir Antonio Bagnara	11.656,74

ÁLVARO BOESSIO (PMDB)

Nome	Salário básico
Alciane C. Schons Velasquez	2.001,18
Cezar de Pulegini	2.001,18
Cristiane Denise Baldasso	2.001,18
Dora Casagrandi	2.001,18
Edio Antonio Schneider	2.001,18
Fabiana da Silva Ramos	2.001,18
Tatiana Santos Arnoud Daniell	2.001,18
Antia Maoli Pasqual	3.028,48
Carmila Lenora Baptista	3.028,48
Isabela de Souza Nunes	3.028,48
José Donatelli Lima de Figueiredo	3.028,48
Napoleão Souto Cavaleiro	5.662,18
Regis Paulo Fritzzen	5.662,18
Larissa Monteiro Silveira	6.291,29
Eduardo Franchetti	11.656,74

ANA AFFONSO (PT)

Nome	Salário básico
Estelcia da Veiga	2.001,18
Gerardo Rodrigo Groth	2.001,18
Indiana Aparecida Alves Nunes	2.001,18
Jandir Martins de Almeida	2.001,18
Jolo E. Machado dos Santos	2.001,18
Maria Elisabete Rodrigues Duarte	2.001,18
Odair Parodi	2.001,18
Carmila da Rosa Seyer	3.028,48
Edna R. da Assunção Gomes	3.028,48
Luciana Rossini Martins	3.028,48
Rosana Maria Rodrigues Santos	3.028,48
Sandro Luis Della Mea Lima	6.291,29
Adriano Pires de Almeida	11.656,74

CARLOS GOMES (PRB)

Nome	Salário básico
Alexandre Gomes Mello	5.662,18
Adriana da Silva Pereira	2.001,18
Olmar da Silva Coelho	2.001,18
Jair Pires Alos	2.001,18
Jorge Moisés da Silva Fuentes	2.001,18
Rosa Maria Jacobson Escobar	2.001,18
Samella Tamar de Souza Moreira	2.001,18
Tatiana Eugênio de Oliveira	2.001,18
Carla Sueli Costa Pereira	3.028,48
Mateus Barros Gomes	3.028,48
Rosane Lipiski Machado	3.028,48
Samantha Mota	3.028,48
Karine Bertani da Silva	5.662,18
Roberto Henke	6.291,29
Sebastião Eder da Costa	11.656,74

CASSIA CARPES (PTB)

Nome	Salário básico
Dairane Vieira de Souza	2.001,18
Luiz Carlos Mendes Almeida Neto	2.001,18
Marcus Eduardo de Fraga Pereira	2.001,18
Rainer Moura Braga	2.001,18
Renê Brum Gama	2.001,18
Evaldo Benf Gonçalves	3.028,48
Carlos Rogério dos Anjos Farias	3.542,99
José Tomas Russczyk	5.662,18
Luiz Alberto Santos da Silva	5.662,18
Andrea Pressier Iglesias	6.291,29
Joaquim J. Barcelos Felizardo Jr.	11.656,74

CATARINA PALADINI (PSB)

Nome	Salário básico
Eloi Hemandorena	2.001,18
Fernando Godoy Porto Martini	2.001,18
Kamila Faleiro de Melo Bento	2.001,18
Maria Teresa Dauris Cunha	2.001,18
Michelle Teixeira Marques	2.001,18
Thiago da Costa Moura	2.001,18
Valdir Rêbo Junior	2.001,18
Felipe Madruga Nyland	3.028,48
Paulo Eliseo Baptista da Silva	3.028,48
Ricardo Pójas Fabros	3.028,48
Mateus Mirapalhete Cardoso	10.491,12
Leonardo Prado Kantoraki	11.656,74

DANIEL BORDIGNONI (PT)

Nome	Salário básico
Antonio Jozue Dili Bileto	2.001,18
Elio José Bileto	2.001,18
José Francisco da Silva	2.001,18
Lacy Moraes Ramos	2.001,18
Lauri Lopes da Silva	2.001,18
Maria C. Pastana de Assis Brasil	2.001,18
Roseli dos Santos Almeida	2.001,18
Dimas Souza da Costa	3.028,48
Luiz Filipe Mota Justo	3.028,48
Luiz Fernando Borges de Souza	3.028,48
Tamara da Silva Nunes	3.028,48
Fabio Zaratia	5.662,18
Raul Barbosa Silva	5.662,18
Angélica Celeste Mirinha	6.291,29
Eduardo de Lacerda Mancuso	11.656,74

DR. BASEGIO (PDT)

Nome	Salário básico
Isaura Cenci de Jesus	2.001,18
Jorge Luis Silva de Azevedo	2.001,18
João Alberto Moro	2.001,18
Luiz Flores de Oliveira	2.001,18
Nara Alessandra Seckler	2.001,18
Nitza Maria Prates Valdeira	2.001,18
Ana Mara Bregolin	3.028,48
Liliane Evaldo Gassoso	3.028,48
Luciano Alciati Stefani	3.028,48
Marcia Bergmann	3.028,48
Neurimar Luiz Gatto	6.291,29

EDEGAR PRETTO (PT)

Nome	Salário básico
Antonio Gurtzel	2.001,18
Antonio Leandro de Oliveira Molit	2.001,18
Imri Ademir Zorzi	2.001,18
Mônica Luciana Frozi	2.001,18
Rosemery Silva dos Santos	2.001,18
Silvana Joana Rodrigues Orges	2.001,18
Sônia Sarai de Lima Soares	2.001,18
Carla Helena Lied	5.662,18
Karen Fonseca Loe	5.662,18
Silveriano Moraes Telles	6.291,29
Elton Antônio Mariani	10.491,12

EDSON BRUM (PMDB)

Nome	Salário básico
Antonio Carlos Busnello	2.001,18
Barbara Etke	2.001,18
Janine Karfinski Moreira	2.001,18
Luiziano Pacheco Albar	2.001,18
Mauricio Cesar Przyczynski	2.001,18
Helecio Lima Nufez	3.028,48
Manoela Lopes Flores Soares	3.028,48
Mariluci Inocência Reis	3.028,48
Carmen Schuck	5.662,18
Josiane Caporal	5.662,18
Maria Madalena de Oliveira Lopes	6.291,29

ERNANI POLO (PP)

Nome	Salário básico
Daniela Bordimilho Santos	2.001,18
Fernando da Rosa Paim	2.001,18
Gabriel da Silveira Leão	2.001,18

E A REMUNERAÇÃO BÁSICA DOS CCs LIGADOS AOS DEPUTADOS

João Renato Toniazzi	2.001,18
Jorge Nestor Michaelson	2.001,18
Ligiane Canabarro Zimmermann	2.001,18
Alexandre Camion Farina	3.028,48
Cristiane Geis Nardes	3.028,48
Mariene Fatima Batista	3.028,48
Thais Bigio Penno	3.028,48
Antônio Augusto Fernandes Daltro	6.291,29

FREDERICO ANTUNES (PP)

Nome	Salário básico
Camila Batista Cabreira Aquino	2.001,18
Giselle Teresinha de Moura Costa	2.001,18
João Antonio Rego Costa	2.001,18
Paulo Ricardo Júlio Rodrigues	2.001,18
Pere Mendonça Fernandes	2.001,18
Ernan Ruchel Filho	3.028,48
Marius da Silva Abadi	3.028,48
Regis Cleber de Oliveira de Lima	3.028,48
Rodrigo Goulart Martini	3.028,48
Ismael Washington Castro Eyras	3.542,99
Sandra de Freitas Pereira	3.542,99
Rafael Benites D'Alva	6.291,29
Cristiano Nether Guerra	10.491,12
Luiz Carlos Leivas Mello	11.656,74

GERSON BURMANN (PDT)

Nome	Salário básico
Ivoni Antonio Guassio	2.001,18
João Marcos Bassani dos Santos	2.001,18
Rozani Vieira Silveira	2.001,18
Carlos Dori dos Santos	3.028,48
Eduardo Fortes Miani	3.028,48
Fernando Umayu D'Avila	3.028,48
Tanea Maria Pacheco	3.028,48
Cezar Malheiros dos Santos	3.542,99
Eduardo Dall Agnol	3.542,99
Vanessa C. Pacheco da Silva	3.542,99
Orlando Terra Burmann	10.491,12
Valmor Luis Kryczun	11.656,74

GILBERTO CAPOANI (PMDB)

Nome	Salário básico
Carlos Alberto Bachier	2.001,18
Erica Natali Santos Jaeger	2.001,18
Felipe Cogo	2.001,18
Marcelo Davi Acosta	2.001,18
Maria Inez Munten de Almeida	2.001,18
Rosana Von Mueren F. Vicentin	2.001,18
Roselaine Moreira Brink	2.001,18
Frederico Luciano Souza	3.028,48
Luiz Cesar Moreira de Campos	3.028,48
Marcilei Soares	3.028,48
Ramir José Sebben	3.028,48
Nice Bernadete Facin	6.291,29
Deco Santos da Luz	10.491,12

GILMAR SOSSELA (PDT)

Nome	Salário básico
Adão Albuquerque	2.001,18
Adriana dos Santos Tamborim	2.001,18
Aline de Oliveira da Silva	2.001,18
Carlos Alberto Sparholz	2.001,18
Edinei Lucio Seli	2.001,18
Felipe Kuhn Kraus	2.001,18
Vinicius Caraceni	2.001,18
Cleber R. Pereira Bertinello	3.028,48
Fabiana Santos de Oliveira	3.028,48
Maria Beatriz Kunkel	3.028,48
Vitor Hugo Spantazzini	3.028,48
Erico Edis Belcio	6.291,29

GIOVANI FELTES (PMDB)

Nome	Salário básico
Jason dos Santos Flores	2.001,18
Adriane Azambuja Capes	3.542,99
Aldonir Reim Fischborn	3.542,99
Paulo Cezar Moller	3.542,99
Fernando Goffini	5.662,18
Maria Inez Becker	5.662,18
Renato Diehlmeier	6.291,29
Viviane Vedovatto	10.491,12

HEITOR SCHUCH (PSB)

Nome	Salário básico
Amaro Jair Franke	2.001,18
Egon Schneider	2.001,18
Gabriele Aparecida Rossi	2.001,18
Joel José Rosso	2.001,18
Paulino Olivo Donatti	2.001,18
Prodo Paulo Newow	2.001,18
Rosângela Fritzen Weber	2.001,18
Caroline Goulart dos Reis	3.028,48
Geraldo Back	3.028,48
Leiana dos Santos	5.662,18
Juarez da Rosa Candido	6.291,29

Ica Jacinta Schmidt Gockels	10.491,12
Anselmo Pivessan	11.656,74

JEFFERSON FERNANDES (PT)

Nome	Salário básico
Antônio Rosebaine Leite Martins	2.001,18
Carlos Füssiger Luz	2.001,18
Deverson Miguel Struff	2.001,18
Idonmar Strassman	2.001,18
Lucas Gorski	2.001,18
Maria Schmitt	2.001,18
Nilo Augusto Ribeiro	3.028,48
Cristiane Viana Amaral	3.028,48
Marlene Keeling	3.028,48
Paula Caumo	3.028,48
Carmen Regina Olsson	6.291,29
Adriane Correa Fonseca	10.491,12
Jarquiel Zeri Papini	11.656,74

JOÃO FISCHER (PP)

Nome	Salário básico
Abreu Becker	2.001,18
Daniel Jar Grossmann	2.001,18
Eliandara Martins	2.001,18
Manasses dos Santos de Pontil	2.001,18
Marilete Lourenço Ferreira	2.001,18
Marife Trevisan Natus	2.001,18
Antônio Fernando Salade	3.028,48
Fernando Ferreira da Cunha	3.028,48
João Gilberto Schardong	3.028,48
João Artides Figueiro de Moura	3.028,48
Maria de Jesus da Silva	5.662,18
Sergio Azeiteiro Becker	5.662,18
Maria Medeiros Silva	6.291,29
Marcos Luis Dutra	11.656,74

JORGES POZZOBOM (PSDB)

Nome	Salário básico
Elton Luiz Chaves	2.001,18
Rosane Nachigali Chaves	2.001,18
Vari Antonio Garcia	2.001,18
Angelia Zintia Marques Convero	3.028,48
Luiz Gustavo Machado	3.028,48
Thiago Buzzati	3.028,48
Alvaro Rochedo de Sousa	6.291,29
Guilherme Cortes dos Santos	11.656,74
Nelson de Jesus Evangelho Leão	2.001,18
Renata Oliveira de Freitas	3.028,48
Valquíria Chaves da Silva	5.662,18

JOSÉ SPEROTTO (PTB)

Nome	Salário básico
Angela Maria Retali	2.001,18
Leandro Inocente Naberti	2.001,18
Luiza Rodrigues da Silva	2.001,18
Modesto Cavalcanti Peres	2.001,18
Pedro Macari	2.001,18
Quezia de Luz Franco	2.001,18
Rudinei Dolinski	2.001,18
Angelia Maria Andreazza Soares	3.028,48
Cristine Silva Duro	3.028,48
Gilson Pedrosa de Souza	3.028,48
Leonardo Rocha Rospide	3.028,48
Hamilton Brum Leaes	5.662,18
Ednei Alex Jengli Junior	5.662,18
Nilton L. Mendes dos Santos	6.291,29
Merlene Lautenschlager Conter	11.656,74

JULIANA BRIZOLA (PDT)

Nome	Salário básico
Daniel Monassa Dellanora	2.001,18
Jorge Luiz da Silva	2.001,18
Jorge Luiz da Silva Pacheco	2.001,18
Marcio Cristiano da Rosa	2.001,18
Maria Celia Abete da Silva	2.001,18
Newton Barros Pellegrini	2.001,18
Regina Helena Russomano Freire	2.001,18
Claudine Riet Fernandes	3.028,48
Fernanda Riet Cardoso	3.028,48
Jorge Aurilio de Curtis	3.028,48
Marcos Boninomi	3.028,48
Andri Cristiane Alves Fortes	5.662,18
Douglas Neumann	5.662,18
Jonatas Dutra da Silva	6.291,29

JURANDIR MACIEL (PTB)

Nome	Salário básico
Elias Couto	2.001,18
Elir Domingos Grandi	2.001,18
Mara Rosane da Silva Pucci	2.001,18
Miqueias Rodrigues	2.001,18
Angelia Maria Andreazza Soares	3.028,48
Tânia M. Machado Santos	2.001,18
Vilmar Fagundes Machado	2.001,18
Emerson de Lima Rodrigues	3.028,48
Maria Luiza Ferreira Castro	3.028,48
Matheus Helinski de Souza	3.028,48

Nilo Sergio Góesly Balheiro	3.028,48
Mara Regina Peres de Souza	6.291,29
Luiza Eliane Castro Martins	10.491,12
Pamela Canavio Hoesel	11.656,74

LUCAS REDECKER (PSDB)

Nome	Salário básico
Adenir de Moura Pinheiro	2.001,18
Eduardo Lima de Souza	2.001,18
João Márcio de Brito	2.001,18
Marilda Fazen da Campos	2.001,18
Monica Valin	2.001,18
Fabio Luiz Fischer	3.028,48
Joel Antonio da Silva Gross	3.028,48
Maria Elvise Fellen	3.028,48
Sirlei da Conceição Cezar	3.028,48
Joel Moacir da Silva Cardoso	3.542,99
Artur José de Lemos Junior	6.291,29
Maur Nunes da Silva	11.656,74

LUCIANO AZEVEDO (PPS)

Nome	Salário básico
Alex Antonio Rodrigues	2.001,18
Any Machado Ortiz	2.001,18
Claudia Fagundes Effel	2.001,18
Gilberto Dornelles Gosh	2.001,18
Jonathan Zamboni Muller	2.001,18
Miro Jose	2.001,18
Paulo Roberto da Rocha	2.001,18
Leandro Kurtz Rosso	3.028,48
Maria Geneci Fernandes Betim	3.028,48
Osvaldo Dorigel Lenhardt da Silva	3.028,48
Rogério Viech	3.028,48
Genir Cond	5.662,18
Nelson Vladimir Pele de Oliveira	5.662,18
Elvio Alberto dos Santos	6.291,29
Fernanda Bishop	11.656,74

LUIS FERNANDO SCHMIDT (PT)

Nome	Salário básico
Natalia Alves Bettim	2.001,18
Wilson Baxias da Silva	3.028,48
Candice Vilnani da Silva	3.542,99
Luiz Carlos de Vargas Becker	3.542,99
Luiz Gomes Muller	3.542,99
Carlos August. Portela	5.662,18
Frederico Gatto	5.662,18
Angela Selva da Silva	6.291,29
Gilson Pereira	10.491,12
Nilton Luis Teixeira Trindade	11.656,74

LUIS LAUERMANN (PT)

Nome	Salário básico
Ana Paula Farias	2.001,18
Eurides Tisan	2.001,18
Letelle Santos da Silva	2.001,18
Valdemar Leopoldo Pereira	2.001,18
Aline Tatiane Adolphs	3.542,99
Ercia Tavares	5.662,18
Zeila Rodrigues	5.662,18
Guilherme Zimmermann	6.291,29
Sergio Luiz Schmitz	10.491,12
Lorelei Maria Dias	11.656,74
Nei Maximino dos Santos	2.001,18

MARIO CHANGES (PP)

Nome	Salário básico
Janice de Fatima de Oliveira	2.001,18
João Pedro Gonçalves Iha	2.001,18
Marcos Aurilio Quagliani	2.001,18
Rodrigo Netto Carneiro	2.001,18
Rosami Branca Sour Dib	2.001,18
Maximiliano Brandt Antunes	3.028,48
Munel Klaus Vianini	3.028,48
Ronaldo Barbosa de Brito	3.028,48
Marlon Silva de Souza	6.291,29
Arlene T. Monteiro de Oliveira	10.491,12
Vinicius Mendes Boff	11.656,74

MARISA FORMOLO (PT)

Nome	Salário básico
Carla Simone Guimarães Barros	2.001,18
Jucara de Quadros	2.001,18
Paulo Kowalewski	2.001,18
Custara Bonan	2.001,18
Vagner Adilio Espelorn	2.001,18
Carlos Eduardo Soares Lisboa	3.028,48
Neila Angella Borges Alves	3.028,48
Cleudes de Cesaro Dani	5.662,18
Maria Sasso	5.662,18
Angelista dos Santos Granja	6.291,29
Darciele Jorge Volpato	11.656,74

MARCELO MORAES (PTB)

Nome	Salário básico
Camila Kautmann	2.001,18
Carl Schuck	2.001,18
Diego Rafael Kramer	2.001,18

Renan Schanne	2.001,18
Rosângela Eloisa Vargas	2.001,18
Sandra Regina Petry Iser	2.001,18
Urbanio Knorst	2.001,18
Luiz Carlos dos Santos	3.028,48
Pedro Paulo dos Santos Soares	3.028,48
João Alberto Garcia Pires	5.662,18
Fabio Omar Correa	6.291,29
Robson Tomas Padilha Borges	10.491,12
Adriana Machado	11.656,74

MÁRCIO BIOLCHI (PMDB)

Nome	Salário básico
Carlos Eduardo Haas Hammes	2.001,18
Jonas Antonio	2.001,18
Luiz Gustavo de Souza	2.001,18
Osvaldo Antonio Kun	2.001,18
Sueli de Souza Teixeira	2.001,18
Marcus Vinicius Bernier de Araujo	3.028,48
Pablo da Silva Teixeira	3.028,48
Romano Matias Guerra	3.028,48
Sandra Salley Acoi Marmentini	3.028,48
Diego Machado Pacheco	3.542,99
Jackson Valente Nogueira	6.291,29
Cristiane Zinelli F. Lohmann	11.656,74

MARCO ALBA (PMDB)

Nome	Salário básico
Aline Mello Lima	2.001,18
Antonio Felipe Pinto Purino	2.001,18
Paulo Alexandre Viegas Pereira	2.001,18
Rosane Campos Galpironi	2.001,18
Eduardo Faria Muller	3.028,48
Paulo Cesar Nunes Garcia	3.028,48
Luiz Fernando Carvalho	5.662,18
Lur Camargo de Oliveira	6.291,29
Sandra Regina Dalcin	11.656,74

MARIA HELENA SARTORI (PMDB)

Nome	Salário básico
Ana Carolina Boff	2.001,18
Ana Paula Ropke Cavagnoli	2.001,18
Deborah Pozza	2.001,18
Ramir Augusto Faria	2.001,18
Vilson Zanetti	2.001,18
Giseline Feldmann	5.662,18
Moisés Ottoni Campagnaro	5.662,18
Emmanuel Emilia Basso	6.291,29
Gianfrancesco Zucchetti	11.656,74

MARLON SANTOS (PDT)

Nome	Salário básico
Angela Rizzardo Pecini	2.001,18
Natascio J. de Deus Moraes da Silva	2.001,18
Ricardo dos Santos Fortes	2.001,18
Sara Dal'Azen	2.001,18
Claiton Mauricio Schütz	3.028,48
Gabriele Fraga Rosa	3.028,48
Gilson Roberto Bolani da Silva	3.028,48
Luiz Carlos da Silva Rosa	3.028,48
Daniela Funari	3.542,99
Jefferson Fagundes de Oliveira	6.291,29
Helio Mercadante Correa	10.491,12
Antonio Wilson Corê da Silva	11.656,74

MIKI BREIER (PSB)

Nome	Salário básico
Angela Pinto de Souza	2.001,18
Enunci Unias Lemos	2.001,18
Juliana da Silva de Oliveira	2.001,18
Paulo Ricardo Lucas	2.001,18
Rosângela M. Gattaldi dos Santos	2.001,18
Treiza Maíra Pedrotti Hornem	2.001,18
Wagner Francisco da Silva Dias	2.001,18
Claudio Eduardo Jacques Steyer	3.028,48
Isabel Cristina Campolim Marbach	3.028,48
Paulo Ricardo Pereira da Silveira	3.028,48
Vanessa Giombelli Moraes	3.028,48
Joanna Rodrigues Stuart	5.662,18
Maria do Carmo Maciel	5.662,18
Gisela de Souza	6.291,29
Juliano da Paz Canavio	11.656,74

NELSON METALÚRGICO (PT)

Nome	Salário básico
Camila Gomes	2.001,18
Elaine Cristela Barcelos da Silva	2.001,18
Elisabete Chagas Schmidt Patrio	2.001,18
Gláucia Teresinha da Silva	2.001,18
Luiz Gonzaga Ribeiro Filho	2.001,18
Romano Rossetto	2.001,18
Waldemar Moura Lima	2.001,18
Alair Mano Duarte Nunes	3.028,48
Guilherme Antonio Andreata	3.028,48
Darwin Bertin Pires	3.028,48
Sidnei Matias Fagundes	3.028,48
Guilherme Amaro Silva da Silva	5.662,18

Mauro Luiz Vieira Cruz	5.662,18
Vera Lucia Silva dos Santos	6.291,29
Alexandre Mayer Cesar	11.656,74

PAULO AZEREDO (PDT)

Nome	Salário básico
Alacir Mesquita de Medeiros	2.001,18
Fabiana Cortez Duarte Santos	2.001,18

Anexo J - Quanto custam os Legislativos no país (19/5/2013)

8

Política

ZERO HORA DOMINGO, 19 DE MAIO DE 2013

politica@zerohora.com.br (51) 3218-4395

Editora: Dione Kuhn dione.kuhn@zerohora.com.br @dionekuhn

Editor Assistente: Leandro Fontoura leandro.fontoura@zerohora.com.br

TRANSPARÊNCIA TESTADA

Quanto custam os Legislativos no país

Durante dois meses, ZH montou um banco de dados sobre os parlamentos estaduais no Brasil. O resultado é uma radiografia comparativa dos custos e da magnitude da instituição que faz as leis nos Estados.

JULIANA BUBLITZ

A té o fim do ano, cada deputado estadual terá custado R\$ 8,7 milhões aos cofres públicos no Rio Grande do Sul, o que significa que todo gaúcho desembolsará, em média, R\$ 45 para manter o parlamento.

A estimativa é uma das conclusões de um levantamento exclusivo produzido por Zero Hora junto às 26 Assembleias e à Câmara Legislativa do Distrito Federal nos últimos dois meses. Disponível no site ZH Dados, a pesquisa apresenta uma radiografia completa dos órgãos responsáveis por legislar nos Estados. O estudo incluiu informações funcionais e financeiras.

No caso do parlamento gaúcho, o orçamento previsto para 2013 chega a R\$ 481,3 milhões. A maior parte (89%) servirá para pagar assessores e servidores – em média, são 27,2 funcionários por deputado.

Calculado a partir da divisão do orçamento pelo número de gabinetes parlamentares, o custo por representante eleito vem crescendo no Estado desde 2007. Se hoje o valor é de R\$ 8,7 milhões, naquele ano, segundo um estudo da ONG Transparência Brasil, não passava de R\$ 5,6 milhões. Ainda assim, o raio X produzido por ZH mostra que há casos mais dispendiosos pelo país.

O maior gasto por parlamentar está na Câmara do Distrito Federal (R\$ 16,1 milhões), mas, proporcionalmente, quem paga a conta mais salgada para custear o Legislativo são os moradores de Roraima. Lá, cada habitante desembolsará este ano seis vezes mais do que os moradores do Rio Grande do Sul.

Nas páginas seguintes, confira os principais resultados do diagnóstico traçado por Zero Hora com base na Lei de Acesso à Informação, norma que completou na semana passada seu primeiro ano de vigência.



CUSTO DA ASSEMBLEIA POR PARLAMENTAR

Orçamento anual dividido pelo número de deputados

1º DF	R\$ 16,15 milhões
2º MG	R\$ 12,97 milhões
3º MT	R\$ 11,79 milhões
4º SC	R\$ 11,05 milhões
5º RJ	R\$ 9,26 milhões
6º PR	R\$ 9,16 milhões
7º SP	R\$ 8,98 milhões
8º RS	R\$ 8,75 milhões
9º PE	R\$ 8,06 milhões
10º SE	R\$ 7,62 milhões
11º CE	R\$ 7,55 milhões
12º PA	R\$ 7,27 milhões
13º TO	R\$ 6,74 milhões
14º BA	R\$ 5,87 milhões
15º ES	R\$ 5,78 milhões
16º RR	R\$ 5,77 milhões
17º AL	R\$ 5,3 milhões

* Dez Assembleias não forneceram o valor do orçamento e também não divulgam o dado na internet.



CUSTO POR HABITANTE

Orçamento anual dividido pela população

1º RR	R\$ 294,98
2º DF	R\$ 146,30
3º TO	R\$ 114,13
4º MT	R\$ 90,84
5º SE	R\$ 86,60
6º SC	R\$ 69,24
7º MG	R\$ 50,31
8º ES	R\$ 48,43
9º PR	R\$ 46,76
10º AL	R\$ 45,17
11º RS	R\$ 44,68
12º PE	R\$ 44,21
13º CE	R\$ 40,36
14º RJ	R\$ 39,94
15º PA	R\$ 38,22
16º BA	R\$ 26,10
17º SP	R\$ 20,15

* Dez Assembleias não forneceram o valor do orçamento e também não divulgam o dado na internet.



MÉDIA DE FUNCIONÁRIOS POR DEPUTADO

Servidores ativos divididos por parlamentar

1º CE	86,07
2º PA	78,05
3º DF	72,21
4º MT	69,00
5º RJ	61,93
6º AL	56,11
7º MG	47,45
8º PE	42,80
9º ES	41,07
10º BA	40,52
11º SC	40,33
12º SP	39,31
13º PB	34,19
14º PR	30,13
15º RS	27,2
16º AC	13,63

* Onze Assembleias não forneceram o número de servidores ativos e também não divulgam o dado na internet.

O ANIVERSÁRIO

A Lei de Acesso à Informação completou um ano no dia 16. Ela determina que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação e exige a divulgação de dados de interesse público.

A norma deve ser respeitada por todos os órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

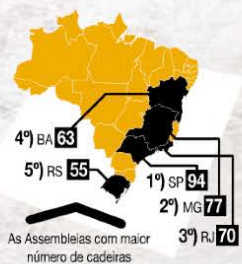
Nesta reportagem, ZH avalia como está a transparência nas 26 Assembleias e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. As Casas são responsáveis pela criação de leis estaduais e pela fiscalização dos governos.

DEPUTADOS

Existem no Brasil 1.059 deputados estaduais. Você sabe como é definido o número de vagas em cada Assembleia? O cálculo está previsto na Constituição e tem como referência as bancadas de cada Estado na Câmara dos Deputados.

O maior plenário tem 94 cadeiras e o menor, 24.

Em abril, a Justiça Eleitoral decidiu alterar a composição da Câmara para as eleições de 2014, de acordo com a mais recente contagem da população. Com isso, 13 Assembleias poderão ter sua composição alterada. O RS perderia um deputado. O caso está em discussão no STF.



FORÇA DE TRABALHO

CCs são 70% dos servidores

Chama atenção no cruzamento de dados levantados por ZH a discrepância entre o número total de cargos de confiança e a quantidade de servidores efetivos em atividade nos parlamentos.

Os CCs representam 70% do total dos funcionários em 15 Legislativos. Ou seja, a cada grupo de 10 funcionários sete deles são ocupantes de vagas de livre nomeação, providas de acordo com critérios políticos e sem a necessidade de aprovação em concurso público.

A presença dos temporários é justificada pelas mudanças desencadeadas nos órgãos a cada legislatura. Como há renovação de parlamentares em cada pleito, os eleitos afirmam que precisam montar uma equipe motivada e comprometida com as bandeiras do mandato. Mas CCs não estão apenas nos gabinetes, assessorando os deputados. Também estão nas bancadas e em cargos-chave da administração.

— É comum haver mais cargos de confiança do que efetivos. Não vejo problema nisso. Cada deputado tem o direito de contratar profissionais de sua confiança e que considera mais capacitados — diz o deputado gaúcho Miki Breier (PSB), um dos vice-presidentes da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

A questão é que, em pelo menos 13 Assembleias Legislativas, a disparidade revela-se exagerada, abrindo brechas para ques-

tionamentos e eventuais irregularidades.

Embora o parlamento fluminense ocupe o topo do ranking dos CCs, a maior diferença em relação aos concursados está em Pernambuco, onde os comissionados correspondem a 6,9 vezes o total de efetivos — são 1,8 mil CCs e somente 264 funcionários no quadro fixo. O cenário se repete na Bahia, onde a proporção é semelhante.

— Não há dúvidas de que essa situação é perniciososa, porque são cargos políticos e não de carreira. Não significa que inexistam CCs comprometidos, o problema é que geralmente eles são mais comprometidos com os deputados e com a sua reeleição do que com a coisa pública. Muitos se tornam cabos eleitorais, e quem paga somos nós — avalia a cientista política Rita de Cassia Biasson, coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção da Unesp, em Franca (SP).

Curiosamente, na Assembleia com mais legisladores do país (São Paulo, com 94 cadeiras) a dissonância é menor. Entre os paulistas, há 2,9 vezes mais CCs. O caso é similar ao do RS e do Paraná.

Os cargos de confiança, na opinião de Rita, deveriam ser limitados ao estritamente necessário. Ao priorizar a contratação via concurso, com critérios definidos, as Assembleias reduziram as chances de mau uso do dinheiro público e de desvio de função.

CARGOS DE CONFIANÇA (CCs)

1º RJ	3.565
2º CE	2.649
3º SP	2.589
10º RS	1.108

Total 22.849 (15 Legislativos)

Doze Assembleias não forneceram o dado e também não o divulgaram na internet

SERVIDORES EFETIVOS

1º CE	1.310
2º MG	1.267
3º SP	880
13º RS	388

Total 9.839 (15 Legislativos)

Doze Assembleias não forneceram o dado e também não o divulgaram na internet

NÚMERO MÁXIMO DE ASSESSORES POR DEPUTADO

1º PA	45
2º MT	38
3º CE/GO	35
12º RS	15

Treze Assembleias não forneceram o dado e também não o divulgaram na internet

Análise

Na França, o deputado estadual pode ter no máximo cinco assessores. Por aqui, a situação é bem diferente. Em Assembleias como a do Pará, cada um dos 41 representantes eleitos tem direito a contratar até 45 pessoas. São quatro times de futebol por gabinete. Cientistas políticos questionam a necessidade de tantos auxiliares. O excesso pode implicar descontrole, já que a maioria nem sequer bate ponto. Em 2012, no RS, uma reportagem da RBS TV causou polêmica ao flagrar suspeitas de funcionários fantasmas, entre eles o assessor de um parlamentar que atuava como barbeiro.

GASTO COM DIÁRIAS (2012)

1º MG	R\$ 5,1 milhões
2º RS	R\$ 2,8 milhões
3º RR	R\$ 2 milhões
4º PA	R\$ 1,9 milhões

Total R\$ 14,8 milhões (13 Legislativos)

Onze Assembleias não forneceram o dado e também não o divulgaram na internet. Informaram não pagar diárias: Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo

Análise

Deputados e servidores do Legislativo de Minas Gerais gastaram, em média, R\$ 14,1 mil a cada 24 horas, no ano passado, em diárias de viagem. Pode-se dizer que, em menos de cinco dias, eles usaram praticamente toda a verba que os parlamentares do Paraná gastaram no ano inteiro, com o mesmo fim. Ao todo, a despesa dos paranaenses não passou de R\$ 67 mil. A explicação, segundo o diretor de Comunicação da instituição, Uilson José, é que lá o deputado só recebe diária se estiver representando oficialmente a Casa na viagem.

GASTO ANUAL COM PESSOAL

1º MG	R\$ 709,9 milhões
2º SP	R\$ 621,1 milhões
3º RJ	R\$ 497,4 milhões
4º RS	R\$ 426,4 milhões

Total R\$ 5,3 bilhões (24 Legislativos)

Não responderam e não disponibilizaram o dado na internet: Acre, Amapá e Piauí

Análise

O gasto anual com a folha de pagamento de 24 Assembleias é pelo menos duas vezes maior do que tudo o que o governo do Estado do Rio Grande do Sul planeja investir em saúde em 2013 — isso se conseguir cumprir a exigência de aplicar 12% da receita no setor, como previsto na Constituição. No Legislativo mineiro, líder no ranking dos salários, cada servidor (entre ativos, inativos e deputados) recebe em média R\$ 11,5 mil por mês. Em São Paulo, o valor fica em torno de R\$ 10,4 mil e, no Rio, R\$ 7,4 mil. Os gaúchos, em média, são mais bem pagos: R\$ 15 mil.

GASTO COM PROPAGANDA (2012)

1º SP	R\$ 16,8 milhões
2º MG	R\$ 13 milhões
3º DF	R\$ 12,2 milhões
6º RS	R\$ 5,7 milhões

Total R\$ 75,5 milhões (14 Legislativos)

Treze Assembleias não forneceram o dado e também não o divulgaram na internet

Análise

Com o dinheiro gasto pela Assembleia de São Paulo com publicidade, seria possível construir 11 escolas infantis com um total de 2,6 mil vagas. Isso não significa que as ações de propaganda não sejam importantes, desde que sirvam para informar o cidadão sobre assuntos de interesse público, ligados ao trabalho parlamentar. No Rio Grande do Sul, o valor reservado para esse fim é menor, mas deve crescer em 2013. A previsão, para este ano, é de um investimento de R\$ 6,3 milhões em ações de propaganda. O aumento é de 10,5%.

REMUNERAÇÃO



De norte a sul do país, os deputados estaduais têm salários iguais:

R\$ 20 mil

Isso porque a Constituição limita o vencimento do parlamentar a até 75% da remuneração do deputado federal.



Mas algumas Assembleias pagam outros benefícios. É o caso de Minas, Rio, Santa Catarina e Rondônia, onde os parlamentares recebem auxílio-moradia (em cotas que variam de R\$ 2,2 mil a R\$ 4,3 mil).

Em Rondônia, também há gratificação mensal de R\$ 8 mil.



CONTROLE DO PONTO

● Nem todas as Assembleias controlam a assiduidade de seus funcionários. No Ceará, não se bate ponto, por exemplo. No extremo oposto, estão Santa Catarina e Paraná, onde já existe o ponto biométrico, considerado mais imune a fraudes.

● O sistema biométrico, usado na Câmara dos Deputados, é alvo de debates na Assembleia do Rio Grande do Sul desde o ano passado.

● Por aqui, o ponto segue manual, assim como em Alagoas, Distrito Federal, Pará, Rio e São Paulo.

Anexo K - No Carnaval, 43 idas ao posto (21/12/2013)

6

Política

GASTO PARLAMENTAR No Carnaval, 43 idas ao posto

Veículos ligados a deputado são abastecidos em um estabelecimento, várias vezes em uma mesma data e até simultaneamente

Brasília

CAUE FONSECA, GUILHERME MAZUI e
RODRIGO SACCONI

De acordo com a prestação de contas do deputado federal Sérgio Moraes (PTB-RS), carros do seu gabinete passaram o último Carnaval entre idas e vindas em um posto de combustíveis.

Da sexta a terça-feira do feriado de fevereiro, os veículos ligados ao parlamentar abasteceram 43 vezes no mesmo posto de Santa Cruz do Sul.

Em apenas cinco dias, o deputado gastou R\$ 4,5 mil, o teto mensal estabelecido pela Câmara para compra de combustível. A quantidade de abastecimentos ocorreu nas bombas da Abastecedora de Combustíveis TW (Posto 1), conforme as notas e cupons fiscais apresentados por Moraes para pedir o reembolso das despesas, o que é permitido pela Câmara.

Desde o início da atual legislatura, em 2011, Moraes é o deputado gaúcho que mais usa a cota parlamentar, uma ajuda de custo mensal da Câmara, na rubrica combustível. Até setembro, gastou R\$ 142,29 mil, a maior parte no posto de Santa Cruz.

Ao acumular cupons suficientes para justificar o gasto de R\$ 4,5 mil, uma nota fiscal com a soma dos valores abastecidos é enviada à Câmara, que faz o reembolso, dentro das regras para a cota parlamentar. Considerando o preço atual da gasolina na TW, conforme a ANP (R\$ 3,098), com o valor é possível comprar mais de 1,4 mil litros de combustível, suficiente para rodar 14 mil quilômetros.

Via Lei de Acesso à Informação, ZH obteve 1.176 cupons fiscais da prestação de contas do parlamentar entre janeiro de 2012 e junho de 2013. Além

do número de abastecimentos (média de 65 por mês), os cupons chamam atenção pelos valores, datas e horários. Pela documentação, a equipe de Moraes – composta por 25 assessores, divididos entre o Estado e Brasília – faz abastecimentos sequenciais, alguns com diferenças de minutos, concentrados nos primeiros dias de cada mês.

A curiosa rotina nas bombas de combustível teve seu ápice em maio de 2012. Moraes afirma ter feito 114 abastecimentos entre o dia 1º e 5. Chama a atenção a quantidade de cupons fiscais de baixo valor: no dia 2, foram 37 (11 deles de R\$ 20).

No dia 4, em que o deputado gastou R\$ 1.763,98 em 43 abastecimentos, 29 deles tinham valores abaixo de R\$ 50.

Em alguns dias, há cupons de abastecimentos simultâneos

No mês seguinte, há mais fatos inusitados nos 105 comprovantes. No dia 3 de junho, um domingo, foram 49 passagens pelo posto entre 7h22min e 21h55min. Em quatro oportunidades, ocorreram abastecimentos simultâneos: às 14h25min, 15h40min, 17h12min e 19h08min.

Em janeiro deste ano, época de recesso parlamentar, o deputado atingiu a cota em dois dias. Só na sexta-feira do dia 4, abasteceu 40 vezes, consumindo R\$ 2,8 mil. Para o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, os números são suspeitos:

– Há indícios graves de irregularidades nestas notas. É inimaginável fazer 30, 40 abastecimentos num mesmo dia, alguns no mesmo horário. Seria impensável uma fila Indiana de funcionários do gabinete abastecendo.

caue.fonseca@gruposb.com.br
guilherme.mazui@gruposb.com.br
rodrigo.sacconi@gruposb.com.br

COMO FUNCIONA O REEMBOLSO

Cada deputado federal pode gastar R\$ 4,5 mil em combustíveis por mês, valor que é reembolsado pela Câmara mediante comprovação.

- A despesa integra a cota para o exercício da atividade parlamentar, ajuda de custo que varia conforme o Estado do deputado – no RS é de R\$ 37,256 mensais.
- Para ser ressarcido, o deputado apresenta à Câmara a nota fiscal que discrimina o gasto, de preferência com os respectivos cupons fiscais. Após, é feito o reembolso.
- Não há restrição para o número de carros que podem receber combustível pago com a cota e nem há identificação do veículo abastecido.
- Até fevereiro de 2013, Sérgio Moraes apresentava uma nota por mês, no valor máximo de R\$ 4,5 mil. E anexava os cupons dos abastecimentos.
- As notas saíram no nome do mesmo posto, TW. Concentram os gastos nos primeiros dias do mês e com intervalos curtos entre cada abastecimento.
- Em março, o comportamento é alterado. É o primeiro mês em que o deputado apresenta notas fiscais de outros postos. Mas o TW segue presente, com notas de valores altos baseadas em cupons de pequenas somas.

ROTINA INUSITADA

JUNHO 2012 – No domingo, dia 3, veículos ligados ao parlamentar abasteceram 49 vezes. Tem abastecimentos simultâneos às 14h25min, 15h40min, 17h12min e 19h08min. No dia 6, há uma nota de R\$ 5 às 4h31min.

FEVEREIRO 2013 – Da sexta a terça-feira de Carnaval, os veículos ligados ao gabinete abasteceram 43 vezes. Em apenas cinco dias de fevereiro, o deputado gastou R\$ 4,5 mil. Há duas notas da madrugada do dia 12.

ABRIL 2013 – Em uma madrugada, de sábado para domingo (dia 21), abasteceu seis vezes, das 00h37min até às 4h42min, todas com valores abaixo de R\$ 100.

Moraes promete averiguar despesas

O deputado Sérgio Moraes justifica os abastecimentos pela quantidade de municípios atendidos por seu gabinete. Sobre os valores e horários inusitados, levanta duas hipóteses:

– Acredito que seja devido aos carros ou motos estarem juntos no mesmo horário abastecendo ao final ou antes de uma reunião. Mas também pode ter acontecido que o estabelecimento tenha acumulado cupons e tenha juntado com a nota.

Moraes se refere à nota eletrônica, emitida com um único valor, e enviada à Câmara com os comprovantes em anexo. Ele promete averiguar:

– Se está errado, tem dois lugares que erraram. Ou foi o posto que pegou assinatura da nota e depois emitiu o cupom. Isso está errado, não acompanho esta parte.



Sérgio Moraes

Ou aqui no meu gabinete, ao ter remetido para a prestação de contas, não prestou atenção nesse fato. Vou atrás e vou conferir.

Ele salienta que gasta apenas com rubricas necessárias para o exercício do mandato, e que não atinge o limite da cota parlamentar. Não usa a cota, por exemplo, com divulgação e correspondência. Moraes afirma que o limite para combustíveis deveria ser superior a R\$ 4,5 mil. Declara que gasta mais do que isso, pagando o excedente do seu próprio bolso:

– Só a minha caminhonete roda de 6 a 8 mil quilômetros por mês. Só

um carro, tu pensa todos os outros.

Em nota, a Câmara afirma que a solicitação de reembolso da cota é efetuada mediante um requerimento padrão, assinado pelo deputado, que declara assumir responsabilidade pela liquidação da despesa e pela veracidade da documentação apresentada.

Luiz Fernando Freire Webster, sócio da abastecedora TW, afirmou ter mais de 300 clientes conveniados, sendo que cada um preenche um cadastro, no qual autoriza outras pessoas a abastecerem em seu nome. Quem é autorizado pode assinar o comprovante do abastecimento ou apresentar ordem assinada pelo titular da conta. A nota fiscal, que reúne os cupons do mês, só é emitida para os conveniados.